

**O EXÍLIO PORTUGUÊS NO MARROCOS INDEPENDENTE:
DINÂMICAS E PROTAGONISTAS⁽¹⁾**
**THE PORTUGUESE EXILE IN MOROCCO AFTER THE
INDEPENDENCE: DYNAMICS AND PROTAGONISTS**

SUSANA MARTINS
Centro de Estudos Sociais
su.msmartins@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2870-833X>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 21/01/2020

Resumo:

O artigo apresenta uma panorâmica do exílio português em Marrocos após a independência deste país, articulando-a com as dinâmicas da oposição portuguesa no interior e noutros círculos da diáspora oposicionista e com o desenvolvimento da situação política do próprio território. Centrando a análise na evolução da composição do núcleo e das iniciativas por si promovidas, bem como das suas conexões com a emigração económica lusa aí radicada, observa também as relações estabelecidas com outras comunidades militantes a atuar em Marrocos. Pretende ainda examinar a forma como a missão diplomática

(1) Este artigo foi produzido no âmbito dos projetos *De Rabat a Argel: caminhos cruzados entre a luta antifascista e a luta anticolonial (1961-1974)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (BPD/117494/2016) e *Exílios contra a Ditadura*, financiado pela Foundation for Sustainability and Innovation e sediado no Centro de Estudos Sociais e no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

portuguesa intentou controlar tais atividades. Enfim, propõe uma avaliação global da ação do núcleo democrata português nesse período.

Palavras-Chave:

Exílio; Marrocos; Estado Novo; Oposição.

Abstract:

The article presents an overview of the Portuguese exile in Morocco after the independence of the country, articulating it with the dynamics of the Portuguese opposition, not only those operating inside national borders but also with other circles of exile and with the development of the political situation of the territory itself. Focusing the analysis on the evolution of the composition of its core and the initiatives promoted by it, as well as its connections with the Portuguese economic emigration there, one can also observe the relations established with other militant communities operating in Morocco. It also aims to examine how the Portuguese diplomatic mission attempted to control such activities. Finally, we venture to make a global assessment of the action of the Portuguese Democrat core in this period.

Keywords:

Exil; Morocco; Estado Novo; Opposition.

No início da década de trinta formou-se em Marrocos um pequeno núcleo democrata português constituído por exilados recém-chegados e elementos da emigração económica lusa aí radicados. Com naturais oscilações na sua composição e no seu dinamismo, mercê das flutuações da luta oposicionista e da política portuguesa, marroquina e mundial, mas que se manteve até ao final do Estado Novo.

O conhecimento sobre a sua atuação continua, todavia, muito parcelar. Se a dissertação de Cristina Clímaco (1998) e o livro de Paulo Jorge Pires e Maria João Raminhos Duarte (2003) avançam pistas para o intervalo que medeia entre 1931 e 1945, nada se sabe do período entre o pós II Guerra Mundial e os finais de cinquenta, altura em que Luís Farinha (1995) refere as movimentação do exilado Fernando Queiroga no território. Os primeiros anos de sessenta voltam a ser alvo da atenção dos historiadores, seja pela utilização de Marrocos como ponto de apoio na preparação de ações contra a ditadura

(Raby 2004), seja pelo papel desempenhado na aproximação à luta anticolonial e na constituição de uma base de trabalho oposicionista na Argélia (Martins 2016 e 2018). Também a biografia de Humberto Delgado (Rosa 2005) faz alusões às passagens do general pelo país e aos contactos aí estabelecidos entre 1961 e fevereiro de 1965, data do seu assassinato. Complementarmente, um pequeno conjunto de memórias ajuda a esclarecer alguns aspetos da realidade do núcleo marroquino (Cardoso 2003; Cerqueira 1976; Jesus 2006). Sem que qualquer um dos estudos acompanhe a sua evolução no tempo longo ou atente à forma como, por exemplo, vai interagindo com as autoridades do território, a colónia portuguesa e outros círculos de exilados.

O presente artigo propõe-se contribuir para diminuir esta lacuna. Na impossibilidade de abordar todo o período de existência do núcleo, focar-se-á nos anos entre 1956, altura em que Marrocos se tornou independente e se inaugurou uma nova etapa política no jovem país, e 1974, quando foi derrubado o Estado Novo. Observar-se-á a evolução da composição do núcleo e das iniciativas por si promovidas, bem como as suas conexões com a emigração económica lusa e outras comunidades militantes aí fixadas e a forma como a missão diplomática portuguesa intentou controlar estas atividades. Análise que se procurará articular com as dinâmicas da oposição portuguesa no interior e noutros meios da diáspora e com o desenvolvimento da situação no próprio território marroquino. Para isso recorrer-se-á à produção historiográfica disponível, a fontes escritas oficiais, mormente diplomáticas e policiais, a acervos particulares de antigos exilados e a testemunhos orais e escritos de antigos protagonistas. Intentar-se-á, por fim, uma avaliação global da ação do núcleo democrata português no período considerado.

Mudança de ciclo, novas expetativas

Em 1956 a maior parte do território marroquino, até aí repartido entre várias potências coloniais, tornou-se independente. Encerrava-se mais de século e meio de domínio colonial (Vermeren 2016).

O novo ciclo político alimentou a esperança de que Marrocos pudesse constituir-se como decisiva plataforma anticolonial e antifascista. A sua posição geoestratégica – fronteiro à Argélia em guerra contra a França colonizadora, vizinho das ditaduras ibéricas, interface privilegiado com

a África em luta pela sua total descolonização e com acesso facilitado a França e a outros países europeus –, aliada à própria experiência do movimento nacionalista marroquino explicavam-no sobremaneira. Depressa aí ocorreu um heterogêneo corpo de militantes engajado na luta anticolonial e na resistência contra os regimes de Franco e Salazar (Simon 2011).

Portugal vivia também um momento de viragem. A campanha para as eleições legislativas de 1957 e, sobretudo, a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, no ano seguinte, reativaram a mobilização oposicionista, depois da forçada retração nos primeiros anos da década. Concretizada a previsível fraude eleitoral, concentraram-se esforços no enquadramento político desse entusiasmo popular, tanto no plano legal como clandestino. A criação do Movimento Nacional Independente, da Junta Nacional de Libertação ou das Juntas de Acção Patriótica patenteiam tais esforços, ao mesmo tempo em que se assistia a uma conspiração larvar envolvendo meios militares e civis (Martins 2018).

Esta agitação social e política e a violenta repressão movida pelo regime, por um lado, e o deflagrar da guerra colonial em 1961, por outro, avolumaram, progressiva e crescentemente, o caudal dos que se refugiavam no exílio. Entre estes estavam figuras gradas da oposição, como Henrique Galvão, Humberto Delgado ou Álvaro Cunhal. Mas também muitos anónimos, despertados para a política pela candidatura delgadista ou por esta reanimados, muitos arredados dos modelos oposicionistas tradicionais e convictos da imprescindibilidade de radicalizar o combate. Redimensionava-se assim, qualitativa e quantitativamente, a diáspora política portuguesa, dispersa pela Europa ocidental e de leste, pelo norte de África e pela América latina e do norte. Cada um dos núcleos com as suas especificidades, todos com um ponto em comum: o desejo de reassumir um maior protagonismo na luta. Mudanças bem espelhadas na comunidade democrata portuguesa fixada ou de passagem por Marrocos, como se verá.

Em 1958, o responsável pela Legação de Portugal em Marrocos estimava cifrar-se entre cinco e oito mil os membros da colónia lusa, aglomerados sobretudo nas regiões de Casablanca, Rabat, Tânger e Meknès⁽²⁾. Este era o destino preferencial da emigração económica proveniente do Algarve desde os inícios dos tempos modernos, cuja relevância económico-social

(2) Arquivo Histórico Diplomático (AHD), 2.º Piso, A 7, M 566 e PEA, M 302.

foi crescendo ao longo da época contemporânea e se manteve até meados da década de cinquenta do século XX (Dias e Anica 2017).

A comunidade granjeava a simpatia das autoridades e misturava-se com a população autóctone nos bairros mais populares, com esta partilhando uma vida modesta. Outros, em menor número, tinham investido em negócios próprios ou estavam empregados em serviços públicos ou privados cujos proventos lhes garantia certo conforto económico⁽³⁾.

Tinham-se formado várias coletividades recreativas e de beneficência. As mais antigas e de maior dimensão eram o Club Lusitano de Rabat e a Casa dos Portugueses de Marrocos. Em Casablanca, existiam também o Club Recreativo Português de Roches-Noires e a Associação Portuguesa de Beneficência, além de estar assegurado o ensino da língua e da história pátria pela Escola Portuguesa⁽⁴⁾. «Todas unidas» e mantendo «as melhores relações com este Consulado», sublinhava o cônsul português em Casablanca em 1954⁽⁵⁾.

Este foi o cenário encontrado por Fernando Queiroga à sua chegada ao país nos finais de 1959. Principal impulsionador da Frente Cívica Revolucionária, organismo oposicionista criado no Brasil, em seu nome tinha-se desdobrado em contactos com vista à angariação de apoio logístico e financeiro para a revolta que derrubaria Salazar⁽⁶⁾. Mantendo contactos com os círculos democratas do Brasil, da Venezuela e de França, os seus principais aliados eram na verdade os antifranquistas espanhóis, com quem constituíra o Movimento da Frente de Libertação e com quem intentava preparar um ataque concertado às ditaduras ibéricas, ideia que então frutificava (Raby 1995). As facilidades de acesso a Portugal e Espanha e de ligação às redes internacionalistas a atuar em Marrocos motivaram a transferência da base do seu comité coordenador para Tânger. Seguiram-se meses de intensa atividade, centrada no treino de operacionais e no trabalho de propaganda, sem que pareça haver interesse na aproximação à colónia portuguesa, nem mesmo aos seus elementos mais politizados (Farinha 1995).

(3) AHD, Repartição dos Negócios Políticos, A 58, M 161.

(4) AHD, PAA, M 1144.

(5) AHD, 2.º Piso, A 59, M 282 e PEA, M 302.

(6) Preso na sequência do seu envolvimento na Revolta da Mealhada, em 1946, Queiroga saíra de Portugal pouco depois da sua libertação, estabelecendo-se no Brasil em 1950.

Estas movimentações eram acompanhadas pela polícia política portuguesa. Se inicialmente o Movimento beneficiava da tolerância das autoridades marroquinas, as fortes pressões logo conseguiram determinar um volte-face, com a expulsão de Queiroga, em abril de 1960, e a garantia formal de que não seriam consentidas «quaisquer actividades subversivas e conspiratórias contra [o] Governo Português» no país⁽⁷⁾. Garantia insistentemente relembrada doravante.

Em julho de 1961 um grupo de sete jovens portugueses chegou a Tânger, depois de arriscada aventura marítima desde o Porto, que a urgência de fugir a uma iminente mobilização para a guerra colonial e à perseguição policial de que uma parte deles era alvo havia ditado. A condição de estudantes de alguns deles levou-os a procurar o amparo da União Nacional dos Estudantes Marroquinos, que efetivamente os ajudou a ultrapassar os embaraços burocráticos pela falta de documentos válidos e os acolheu na sua sede em Rabat. Para, logo, a repressão sobre o movimento estudantil, com o encerramento das suas instalações e a prisão dos seus mais ativos membros, os voltar a colocar em dificuldades. Nesse ínterim, um dos casais – Fernando Vasconcelos e Maria Helena Vidal – recebeu apoio financeiro da família e alugou uma casa, os restantes – o casal Cláudio Torres e Manuela Barros Ferreira, Hermínio Magalhães, José Duarte Afonso e Valdemar Pinho – alojaram-se em abrigo provisório conseguido por intermediação dos estudantes marroquinos e lançaram mão ao que podiam para conseguir o indispensável à sua sobrevivência⁽⁸⁾.

Ao corrente dos traços gerais da façanha dos jovens através da imprensa, Amílcar Cabral procurou este último grupo numa das suas regulares passagens por Marrocos. «Houve uma empatia imediata», relembra Cláudio Torres, ponto de partida para «um contacto fundamental» com os movimentos de libertação representados em Rabat através do secretariado permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)⁽⁹⁾. Foi com os responsáveis por esta organização e com outras figuras de proa

(7) AHD, Telegramas expedidos Embaixada Rabat, 1961.

(8) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres, Tondela e Mértola, julho e setembro de 2015. Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A).

(9) Da CONCP faziam parte, entre outros, o Movimento Popular para a Libertação de Angola, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, a União Democrática Nacional de Moçambique, o Partido do Povo de Goa e o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe. Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

dos movimentos nela integrados que o quinteto português começou a colaborar. Para os nacionalistas, era a concretização da resolução dedicada à oposição portuguesa saída da assembleia fundadora da CONCP, onde se sublinhava o desejo de com esta manter um diálogo construtivo e cooperar eficazmente, «na base do reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional» (Lara 2006: 72). Nesse sentido, era fundamental encontrar um interlocutor válido do movimento democrático português.

Alerta vermelho

Exilados no Brasil, Henrique Galvão e Humberto Delgado tinham desenhado um plano revolucionário contra o regime. Procurando um acesso facilitado a Portugal e na expectativa de uma relativa liberdade de movimentos, Marrocos pareceu-lhes o local ideal para o materializarem. No verão de 1961, para aqui seguiu um conjunto de partidários seus, uns com objetivo de se introduzirem clandestinamente no país e prepararem uma revolta no interior, outros de reunir no norte de África as condições necessárias a uma ação complementar no exterior, que seria a tomada de um avião. Com efeito, o corte de relações entre os dois dirigentes, ainda no Brasil, tinha ditado a rompimento formal do projetado, embora os operacionais continuassem secretamente a trabalhar em articulação. Galvão e Delgado rumaram ao Magreb pouco depois (Raby 2004).

Esta estadia em território marroquino apresentava-se à CONCP como uma oportunidade única para encetar o diálogo, o grupo de Cláudio Torres o veículo que promoveria a aproximação. As tentativas de contacto com Galvão revelaram-se infrutíferas, pelo que os nacionalistas investiram na aproximação a Delgado (Jesus 2006). A mobilização popular em torno da sua candidatura presidencial fora impressionante e ecoara além-fronteiras, posicionando-o como “líder da oposição portuguesa”. Interessava agora infletir a orientação colonialista do general para que o pudessem ter como aliado. O general relutou, mas cedeu perante a insistência do grupo de Cláudio Torres e esses contactos foram efetivamente determinantes para alterar a sua visão (Rosa 2008).

Entre as forças do regime crescia a inquietação, alimentada pela torrente de informações e contrainformações oriunda da polícia

política portuguesa e dos seus informadores a atuar no território, das suas congêneres estrangeiras, das missões diplomáticas portuguesas em Marrocos e noutros países, ou dos serviços das representações diplomáticas estrangeiras. Sinalizava-se o «perigo iminente da tomada comunista da Península Ibérica» a partir de solo marroquino, a provável instalação de um governo da oposição no exílio e, em geral, toda e qualquer atividade «indesejável» aqui desenvolvida⁽¹⁰⁾. E, com a chegada de Galvão e Delgado, decretou-se o estado de alerta máximo. Rumores sucessivos referiam-se ao desembarque de material de guerra e voluntários nas costas portuguesa e espanhola, a um novo atentado contra Salazar como momento inaugural da revolta em preparação, à existência de um centro de recrutamento para ações «subversivas» em Casablanca e, até... a «atentado contra aviões [da] TAP»⁽¹¹⁾.

Internamente, reforçou-se de imediato a segurança, por exemplo com o patrulhamento do litoral algarvio⁽¹²⁾. Ao mesmo tempo, intensificava-se a campanha diplomática junto dos responsáveis marroquinos. Estes alegavam surpresa pela chegada dos líderes, apenas consentida por serem portadores de passaportes brasileiros, e afiançavam que não lhes seria autorizada a permanência ou «qualquer actividade política», nem o «menor contacto, mesmo officioso, com qualquer autoridade». Além de que sobre eles exerceriam estrita vigilância, para que pudessem conhecer a «rede [dos] seus adeptos portugueses e espanhóis», a bem da «amizade para com Portugal»⁽¹³⁾.

E eis que a 10 de novembro as razões do alarme se confirmaram. Os operacionais ligados a Henrique Galvão tomaram o avião comercial da TAP que fazia a carreira Casablanca – Lisboa, desviando-o da sua rota e fazendo-o sobrevoar diversas localidades sobre as quais lançaram propaganda oposicionista, após o que regressaram a Marrocos. Um «acto de pirataria», considerava o embaixador de Portugal em carta dirigida a Ahmed Balafrej, ministro de Estado e representante pessoal do rei, cuja gravidade impunha a «entrega [às] autoridades judiciais portuguesas

(10) AHD, PEA Confidenciais, M 21; Aerogramas expedidos Rabat, 1961; PAA, M 1144; Telegramas expedidos Embaixada Rabat, 1961.

(11) AHD, Coleção Especial de Telegramas, Ano 1961, Pt 145 e ANTT, AOS/CO/PC-81, Pt 1 - 2ª sd (72).

(12) Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), AOS/CO/PC-81, Pt 1 - 2ª sd (91).

(13) AHD, Coleção Especial de Telegramas, Ano 1961, Pt 145.

[dos] criminosos [de] direito comum culpados [da] agressão»⁽¹⁴⁾. Simultaneamente, a pedido do grupo de Cláudio Torres, Amílcar Cabral intercedia a favor dos ativistas no sentido de evitar a repatriação, o que efetivamente aconteceu, embora não tivesse podido contrariar a ordem de expulsão⁽¹⁵⁾. A expulsão abrangia também Humberto Delgado, mas o general conseguiu suspender o processo, sem todavia evitar o reforço da vigilância sobre si e os seus partidários⁽¹⁶⁾.

Porém, pouco mais de um mês depois, ratificaram-se novamente as apreensões de Lisboa, quando Delgado partiu de Marrocos para entrar clandestinamente em Portugal, com vista a encabeçar a revolta de Beja. Mais um argumento para que se mantivesse a suspensão da carreira aérea entre os dois países, decidida pelo regime após os eventos de novembro, bem como para cobrar a promessa de uma rigorosa vigilância sobre os exilados portugueses pelos marroquinos. A esse fim, solicitavam estes mais informações sobre os «indesejáveis», sendo entregue uma «relação de alguns dos indivíduos que se encontram em Marrocos e que se dedicam a actividades subversivas contra Portugal», com uma nota biográfica de cada um, elaborada pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Da lista constavam 14 nomes, seis de portugueses, os restantes de naturais das colónias lusas. E, sobre estes, os marroquinos recusavam-se a exercer o controlo desejado. Assunto africano e arredado da política de boa vizinhança com Portugal, assim se justificava o patrocínio oficial à sua ação no território⁽¹⁷⁾.

Entre os arrolados estavam os elementos do núcleo de Cláudio Torres que ainda permaneciam em Marrocos – todos detalhadamente identificados, com referência às suas anteriores ligações ao Partido Comunista Português (PCP), do qual todos tinham sido simpatizantes ou militantes – e António Santos Dore, apresentado como «desertor do Exército». Membro do Ateneu Cooperativo e do corpo redatorial da *Seara Nova*, Dore cumpria serviço militar como alferes-médico quando soubera estar para breve a sua mobilização para Angola. Alegando razões profissionais, pedira licença especial para se ausentar a Londres, saindo do país. Rabat foi afinal o seu destino, onde chegou em agosto de 1961

(14) Idem.

(15) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

(16) AHD, Coleção Especial de Telegramas, Ano 1961, Pt 145.

(17) AHD, PEA, M 39, PAA, M 1144, Telegramas recebidos Rabat, 1962 e Telegramas expedidos Embaixada Rabat, 1961.

e, perante a falta de médicos e de outros profissionais de saúde no país, rapidamente conseguiu colocação⁽¹⁸⁾. Terá sido a conotação com os meios oposicionistas e o próprio ato de recusa da guerra colonial a colocá-lo sob a mira da PIDE.

Será aqui o *eldorado* do exílio português?

Entretanto, Cláudio Torres e os seus companheiros tinham conseguido emprego e equilibraram a sua situação pessoal, o que lhes dava condições para retomar um trabalho político mais sistemático. O Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses surgiu neste contexto. Numa altura em que tendia a aumentar o fluxo daqueles que recusavam participar na guerra colonial, tornava-se premente a existência de uma estrutura que os acolhesse e intermediasse os contactos com os poderes marroquinos. Evitando que fosse a outra parte beligerante, representada pela CONCP, a fazê-lo, argumentara Amílcar Cabral a Cláudio Torres quando o incitara a criar o organismo⁽¹⁹⁾.

Sendo certo que Marrocos nunca se constituiu como uma rota de fuga preferencial, são várias as evidências que apontam a chegada regular de clandestinos em navios que aqui aportavam, através das redes de emigração ilegal que se mantinham em funcionamento no sotavento algarvio ou entregues pela CONCP⁽²⁰⁾. Geralmente despolitizados, o objetivo da maioria era rumar a outros destinos, sobretudo a França, para o que contavam com a intermediação da Cruz Vermelha. Mas o intento dependia da posse de documentos válidos. Os expedientes para o conseguir iam da falsificação de passaportes de membros da colónia portuguesa, que os cediam para esse fim, à emissão de livres-trânsito pelo governo marroquino. Foi a necessidade de obter mais documentos o móbil do assalto à chancelaria da Embaixada de Portugal em Rabat na noite de 28 para 29 de maio de 1962, protagonizado por Cláudio Torres e Valdemar Pinho. Saldou-se a ação no roubo de cerca de trinta passaportes e da placa metálica identificativa da representação, e na

(18) ANTT, PIDE, SC GT 547 NT 1417 e SC CI(2) 143 NT 6966.

(19) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

(20) Idem; Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos, Figueira da Foz, 23 de abril de 2019, CD25Ae ANTT, PIDE, SC CI(2) 1273 NT 7077.

pichagem da fachada do prédio com a inscrição «A bas Salazar assassin», a letras garrafais⁽²¹⁾.

Por outro lado, os jovens abeiraram-se do Club Lusitano de Rabat, como referimos uma das associações mais emblemáticas da colónia portuguesa. Situado num belo casarão na então rue de Bordeaux, era o local onde tinham lugar as festas de aniversário, batizado e casamento dos membros da comunidade, onde se organizavam bailes e torneios de jogos de tabuleiro, onde se comemoravam feitos desportivos de equipas patricias, enfim, onde se convivía. Era, pois, o espaço ideal para desenvolver um trabalho político complementar⁽²²⁾.

Enquanto isso, acorriam ao território outros conterrâneos. Como foi o caso de Eugénio Vargas, desenhador topógrafo que respondeu a anúncio publicado na imprensa portuguesa solicitando profissionais da sua área. Em meados de 1962 juntou-se-lhe a família, assim como Joaquim Caiano Santos, seu antigo colega do Instituto Geográfico Cadastral⁽²³⁾. Ambos sem «qualquer motivação política», embora «fossem do contra», apenas buscavam as oportunidades profissionais que aí lhes eram oferecidas⁽²⁴⁾. A facilidade de colocação atraiu também um conjunto de médicos e profissionais de saúde, sobre quem pendia a ameaça de mobilização para a guerra colonial, em que recusavam liminarmente participar. Quintino de Barros, Victor Blanc, Maria Zita Blanc, Luís Garcia e Silva, Elisa Areias, Paulo Mendo e Mário Leão Ramos foram alguns dos que se instalaram entre setembro de 1962 e os primeiros meses do ano seguinte⁽²⁵⁾. Parte deles com histórico anterior na luta oposicionista, inclusive com passagens pelas cadeias políticas, aqui assumiram níveis de militância muito díspares.

Em julho de 1962 tinha aportado em Tânger outro grupo de nacionais em fuga à repressão: Fernando Piteira Santos, Adolfo Ayala e Germano Ferreira da Costa. O motivo da evasão dos dois primeiros fora o profundo envolvimento na preparação da fracassada revolta de Beja ocorrida meses antes, mas o currículo de militância oposicionista e de prisões de qualquer

(21) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres... e AHD, PAA, M 1144.

(22) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...; Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos...; ANTT, PIDE, SC CI(2) 3309 NT 7259.

(23) AHD, EEA, M 146.

(24) Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos...

(25) Testemunho escrito de Elisa Areias e Luís Garcia e Silva, agosto de 2012; ANTT, PIDE, SC E/GT 3813 NT 1496, SC CI (2) 627 e SC E/GT 3924 NT 1498.

um deles era extenso. Ferreira da Costa era um dos responsáveis pelo sector estudantil comunista de Coimbra, sobre o qual se abatera uma vaga repressiva. Procurados pela polícia e coagidos à clandestinidade, a permanência no país era insustentável. O desfecho acabou por ser a saída ilegal a partir de Vila Real de Santo António, de onde haviam sido conduzidos ao Magreb em traineira tripulada por Gabriel Pedro⁽²⁶⁾.

Ferreira da Costa seguiu pouco depois para Lausanne, enquanto os companheiros de expedição procuravam reatar ligações anteriores e retomar o trabalho político. Conhecer as possibilidades locais foi uma das preocupações. Puseram-se em contacto com Santos Dores e com Cláudio Torres, foram apresentados a Armando Tibúrcio – ou Manolo, como era apelidado –, algarvio há muito domiciliado no território e presidente do Club Lusitano, iniciaram a tentativa de estruturação de um núcleo democrata, criando a Associação dos Portugueses Livres de Marrocos (PLM).

António Santos Dores tinha equacionado hipótese semelhante assim que se instalara no território, mas receara avançar por não confiar no engajamento de alguns dos elementos presentes, esclarecia o médico ao seu antigo camarada da *Seara Nova*, Manuel Sertório, exilado no Brasil⁽²⁷⁾. Interpelara-o este, querendo averiguar das condições para aí estabelecer «um bureau político de anti-salazaristas, com o General à frente, que funcionasse como Secretaria Exterior da Oposição Portuguesa»⁽²⁸⁾. Considerava-o sítio seguro e com uma posição geoestratégica inigualável, porventura por indicações recebidas de Humberto Delgado (Sertório 1990). Dores confirmou-lhe as expetativas, embora sublinhasse depender de «diligências oficiais junto de altas entidades» a instalação de «pequeno e discreto bureau», que teria de «viver um pouco à sombra da influência e conhecimentos que a CONCP goza aqui em Marrocos»⁽²⁹⁾.

Este era um projeto que germinava nos círculos do exílio português há um bom par de anos: lançar uma frente unitária, capaz de assegurar um diálogo sistemático e célere entre o interior e o exterior, de coordenar a ação dos núcleos democratas na diáspora e de inscrever o «problema português» na agenda política internacional (Martins 2018). Os apoios

(26) Entrevista da autora com Fernando-António Almeida, Lisboa, 13 e 20 de dezembro de 2018 e 3 de janeiro de 2019, CD25A; ANTT, PIDE, SC E/GT 3026 NT 1484.

(27) CD25A, Fundo Manuel Sertório (MS), Carta 743.

(28) CD25A, MS, Carta 744.

(29) CD25A, MS, Carta 743.

vinham a alargar-se no país e no exterior, Piteira Santos era agora um dos seus entusiastas. Defensor de uma perspectiva frentista já em Portugal, foi a estadia em Rabat a mostrar-lhe a importância do trabalho diplomático e a urgência de inscrever a luta anticolonialista na agenda política antissalazarista, como condições para a visibilidade e o patrocínio à causa oposicionista portuguesa (Martins 2016). Além do mais, o redimensionamento numérico e qualitativo do exílio português, já notório nesta altura, tornava-o não só possível como desejável, sendo a forma de dar continuidade ao engajamento político consequente desses recém-chegados, muitos deles figuras cimeiras da resistência.

Esta viragem na estratégia oposicionista ia fazendo caminho nos seus diferentes sectores e em particular nos meios do exílio. Mas a forma que ela viria a assumir dividia opiniões. Com a maioria a recusar liminarmente a possibilidade de que resultasse na criação de um Governo Provisório no Exílio, proposta acalentada por Humberto Delgado e alguns dos seus correligionários. “Caricatura”, assim a classificavam Piteira e Ayala a Delgado quando com este reataram contacto em outubro de 1962⁽³⁰⁾. Procuravam sim convencer o general do benefício de estabelecer organismo unitário coordenador da atividade política da emigração, que tivesse sob a sua alçada um centro de apoio logístico a instalar na zona litoral de Marrocos e da Argélia.

Viviam-se tempos decisivos no norte de África. O conflito franco-argelino entrava na sua fase final. As atenções concentravam-se agora nas disputas pelo poder entre as diferentes facções da Frente de Libertação Nacional, de cujo desenlace dependia, não só o futuro imediato do jovem país, como o de África e do mundo. A liderança de Ben Bella acabou por se impor e com ela uma visão que elegia uma via socialista arredada do modelo soviético, inspirada no nacionalismo árabe de Nasser e próxima do Movimento dos Não-Alinhados, e que declarava ao mundo a sua solidariedade com todas as lutas anticoloniais e antifascistas ainda por vencer (Stora 2004). Em território marroquino, os círculos internacionalistas rejubilavam e estudavam a forma de influenciar a construção da nova Argélia e de aí fixarem as suas bases de trabalho.

Conjeturas e movimentações conhecidas direta ou indiretamente pelos exilados portugueses em Marrocos. Dores apontava-as com entusiasmo a Sertório, Piteira fazia o mesmo aos seus contactos. A CONCP assumiu uma

(30) CD25A, Fundo Piteira Santos (PS), Carta 14.

vez mais um papel determinante neste quesito, estabelecendo a ligação entre o núcleo democrata português e essas redes, que contribuíram decisivamente para a introdução dos antissalazaristas na Argélia (Martins 2018). Mas também os exilados espanhóis contribuíram para esta aproximação, a convite de quem Cláudio Torres proferiu umas palavras de solidariedade às tropas argelinas concentradas na região de Oujda e que iriam entrar na Argélia para o combate final⁽³¹⁾.

Ao contrário, em Marrocos, apertava o espaço de manobra. Com a entrada em cena de Hassan II, a política interna e externa do país deslizava para o conservadorismo. A afirmação da autoridade do rei sobre a dos partidos foi um dos aspetos dessa alteração, com a atribuição de crescentes responsabilidades a pessoas da confiança do monarca e o consequente afastamento de partidos até então com grande peso político, como o Istiqlal. E, ainda em 1961, deram-se os primeiros episódios de repressão sobre o movimento sindical e estudantil. No plano internacional, mantinha-se formalmente uma política de não alinhamento, mas evidenciava-se o desejo de maior aproximação ao Ocidente, nomeadamente melhorando as relações com as antigas potências coloniais – França e Espanha –, enquanto pareciam esfriar as relações com o bloco comunista.

Tendo de lidar com as constantes tentativas de infiltração de agentes da polícia política e sem expectativas de ter permissão para o funcionamento público de uma base de trabalho oposicionista, avaliava-se seriamente a hipótese argelina, no encalço do caudal militante que aí desaguiaria (Byrne 2016).

Entre a esperança e a discórdia

Em novembro de 1962, Piteira Santos encaminhou-se para Paris. Ultimavam-se os preparativos para a realização da aguardada Conferência das Forças Antifascistas Portuguesas, que decorreria em Roma nos derradeiros dias desse ano e da qual resultou a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN). Movimento unitário, assente nas Juntas de Acção Patriótica que se tinham vindo a constituir no país desde 1959 e encabeçado pelo seu órgão diretivo – a Junta Central de Acção Patriótica –, que instalaria um secretariado no exterior.

(31) Entrevista da autora e de Miguel Cardina com Cláudio Torres...

Enquanto isso, em Marrocos, o pequeno núcleo democrata desmobilizava. A ação de Piteira fora nociva, assumindo o “papel de interlocutor único” do grupo e espalhando um clima de desconfiança⁽³²⁾. Santos Dores e Eugénio Vargas foram mesmo alvo da acusação de serem agentes infiltrados. Dores afastava-se assim da atividade política e, ao seu redor, cerraram fileiras os colegas de profissão que havia “chamado” e nele confiavam, «convencidos como estamos da ineficácia de tal trabalho (descrentes da sua utilidade no exterior tal como é feito e da idoneidade política de muitos dos que a ele se estão dedicando)»⁽³³⁾. Cláudio Torres estranhava também os métodos de Piteira, estava de partida, todavia, correspondendo à solicitação do PCP para que seguisse para Praga.

Por seu turno, Adolfo Ayala dedicava-se com afinco ao alargamento da influência dos PLM em Rabat, apoiado num pequeno grupo de compatriotas há muito radicado no território e que fazia a ponte para a emigração económica. Conseguiu montar um “lar” para os refugiados na rue Marie Feuillet, iniciou a publicação de um boletim copiografado pela CONCP e com esta continuou a colaborar noutras questões, deu sequência aos contactos com oposicionistas dispersos por outras cidades de Marrocos, acompanhava as novidades da comunidade através do Club Lusitano. Já o núcleo dos médicos, a par das facilidades oferecidas pelos dirigentes argelinos aos cooperantes técnicos e cientes de que esta cooperação poderia ser decisiva para garantir apoio à oposição portuguesa, ponderavam a transferência para esse país. Mas a incerteza quanto à evolução da situação e, sobretudo, as reservas em dar tal trunfo a Piteira geravam hesitação.

No final de junho de 1963 chegava um reforço: José Moura Pimenta. Antigo alferes miliciano, fora mobilizado para a Guiné em maio de 1963 e desertara ainda nesse mês. Entregue pelas autoridades da República da Guiné ao PAIGC, Amílcar Cabral negociara com Ayala a ida do oficial para Rabat, que fazia depender da divulgação pública do caso. À chegada à capital marroquina, aguardavam-no os dirigentes da CONCP, que o acomodaram num hotel e o informaram da breve realização de conferência de imprensa. Procurado por Ayala nesse mesmo dia, este desaconselhou-o de a fazer, por considerar que a publicidade lhe poderia ser prejudicial e alojou-o no “lar” dos PLM, organismo no qual passou a participar. Com

(32) CD25A, MS, Carta 745.

(33) CD25A, Fundo José Hipólito dos Santos (JHS).

passado de militância no PCP e nas Juntas Patrióticas da Juventude, Moura Pimenta era uma importante aquisição para o núcleo⁽³⁴⁾.

Igualmente relevante foi a instalação do casal António e Fernanda Lopes Cardoso, em setembro do mesmo ano. Redator da *Seara Nova*, implicado na revolta de Beja enquanto membro da Junta Central de Acção Patriótica responsável pelos contactos com os meios militares e preso durante uns meses, Lopes Cardoso decidira partir para o exílio por temer uma nova detenção. Em Paris desde setembro de 1962, de imediato se envolvera nas movimentações oposicionistas em curso. Presente na Conferência de Roma, integrava desde então a Comissão Delegada da FPLN, designação atribuída ao secretariado do exterior da organização (Cardoso 2003).

Estavam criadas as condições para empreender um novo esforço na estruturação do exílio português em Marrocos, tornando-o um forte ponto de apoio ao centro político que se constituía na vizinha Argélia em torno da Comissão Delegada da FPLN.

A primeira impressão de Lopes Cardoso foi muito positiva: «um grupo bastante válido», «fundamentalmente virado para a acção» a curto trecho, cuja atividade se desenvolvia «no sentido de se deslocarem para o interior»⁽³⁵⁾. Encontrar Dorcas, seu antigo companheiro *seareiro*, foi também outra boa surpresa, conheceu os seus colegas médicos, apercebeu-se de que a comunidade tinha bons contactos nas altas esferas marroquinas, o que poderia assegurar certas facilidades políticas⁽³⁶⁾.

A figura de Humberto Delgado era o grande referencial da comunidade, «como condição dinamizadora da luta», certamente pela boa impressão deixada pelo general em 1961 e na sua brevíssima passagem em maio de 1963⁽³⁷⁾. Vários dos mais comprometidos politicamente mantinham correspondência com o líder e conheciam a sua vontade de se instalar no Magreb. Assim, logo que foram sondados por Argel sobre a disposição de financiar a sua vinda, prontificaram-se sem reservas e diligenciaram para apurar a possibilidade de obtenção de vistos.

Apesar das dificuldades impostas pela semiclandestinidade a que estavam obrigados, as expectativas do núcleo eram positivas. Embora

(34) ANTT, PIDE, SC E/GT 112 NT 1435 e SC CI(2) 1273 NT 7077.

(35) CD25A, Fundo Lopes Cardoso (LC).

(36) CD25A, MS, Carta 752.

(37) CD25A, MS, FPLN Corresp 3 e JHS.

tivessem forçosamente de se preocupar com a penetração policial. O recrutamento de portugueses para trabalhos técnicos continuava, como prosseguia a chegada de elementos em fuga à voragem da repressão. Sobre os desconhecidos, em especial aqueles que se aproximavam da atividade política, procuravam saber informações. Assim sucedeu com Maximino Serra e Mavílio Mendes, com Ismael Simões Pessoa e Valentim Garcia de Almeida, ou com Henrique Cerqueira⁽³⁸⁾.

Munido de passaporte falso e sem visto de entrada em Marrocos, Henrique Cerqueira entrou em Tânger vindo de Gibraltar, sendo autorizado a permanecer 72 horas no território. Contactou com a Embaixada do Brasil e foi encaminhado para a CONCP, que, por sua vez, o remeteu aos PLM. A uns e a outros o seu relato levantou suspeitas. Dizia pertencer a organismos que teriam uma forte implantação no interior, desconhecidos de todos. Referia-se a uma longuíssima estadia em Angola, onde fora preso logo depois do início da luta de libertação e depois transferido para a metrópole, sem que alguém em Rabat pudesse afiançar tais circunstâncias. Confundia-se na explicação dos objetivos da saída clandestina do país e da ida a Marrocos. Trazia credenciais dirigidas a Piteira Santos e a Humberto Delgado, cuja credibilidade não podia igualmente ser avaliada por nenhum dos elementos em presença. Com a informação de Argel de que não haveria razões de desconfiança, preparavam-se para tentar o prolongamento do visto junto das autoridades, quando o próprio decidiu voltar a Gibraltar para diligenciar nesse sentido. Daqui escreveu e mais dúvidas surgiram, nem que fosse pelo facto de dar como contacto o telefone da polícia, alegando não querer que o consulado luso soubesse da sua presença. Chegava enfim para se instalar em Rabat nos últimos dias de novembro. Aproximou-se de imediato dos PLM, falando de um movimento revolucionário prestes a eclodir e pedindo a adesão da Associação, mas passados meses nada se concretizava. As reservas permaneciam⁽³⁹⁾.

Nesse ínterim, mantinha-se o torpor da Comissão Delegada da FPLN. Sem evidências de um renovado impulso na ação contra o regime e sem a liderança de Humberto Delgado, dois aspetos fulcrais para o núcleo “marroquino”. As notícias trazidas por Lopes Cardoso tinham serenado

(38) CD25A, LC.

(39) CD25A, LC e PS, Cartas 156 e 157; Casa Comum, Documentos Amílcar Cabral, 07058.016.008.

um pouco as inquietações, mas logo se reacenderam as desconfianças entre a ala mais próxima de Dorés e Piteira, agora radicado em Argel e membro da Comissão Delegada desde a sua criação: seria a capital argelina o melhor local para fixar o general? Dorés elencou argumentos a favor de Marrocos e enviou-os a Delgado, porém, este tinha já saído do Brasil com destino à Europa, para participar na II Conferência da FPLN, em Praga. Trazia a intenção de se instalar na Argélia, que acabou adiada pelos graves problemas de saúde que enfrentava. Meses de espera em que o clima mais se adensou.

Os PLM aprestavam-se para o grande momento da chegada do general. Visando maior dinamismo e eficácia, foi eleita uma comissão plenária com poderes representativos e executivos. Compunham-na dois elementos domiciliados recentemente a quem se reconheciam qualidades políticas assinaláveis – Helena Cabral, portuguesa casada com Amílcar Cabral, com acesso privilegiado à CONCP, e Victor Blanc, médico que intermediaria as ligações ao conjunto de médicos –, dois representantes da colônia portuguesa há muito radicada no território e com passado político firmado – Armando Tibúrcio e Augusto Mendonça – e dois recém-chegados, a quem alguns reconheciam igualmente predicados políticos – Mavílio Mendes e Henrique Cerqueira. Inicia-se então a redefinição dos estatutos orgânicos da Associação⁽⁴⁰⁾.

A documentação emanada da II Conferência da FPLN em Praga foi rececionada nos finais de janeiro de 1964 e difundida amplamente pela colônia a edição preparada em Rabat. Crescia o entusiasmo, confirmados que eram os principais lemas do núcleo. Apesar da angústia pelo estado de saúde de Delgado. Mas logo a convulsão se abateu sobre Rabat.

Um dos problemas era a manutenção do “Lar”. Equacionava-se cotizar os membros do PLM para fazer face às despesas. Mas isso significaria deixar de ter meios materiais para outro tipo de atividades, porventura mais importantes no contexto que se vivia, entendiam alguns. A Associação ampliava-se, chegando a cerca de quarenta elementos, mas parecia incapaz de um verdadeiro dinamismo. Nesse sentido, tinha sido entregue um abaixo-assinado subscrito por 20 e tantas pessoas em assembleia geral dos PLM, onde se pedia o afastamento do secretário do organismo – Mavílio Mendes – e a designação de Henrique Cerqueira

(40) CD25A, LC.

como secretário-geral. A proposta foi aceite entusiasticamente por uns, contestada com veemência por outros, que se demitiram.

Em Casablanca e Meknès a ascensão meteórica de Henrique Cerqueira era encarada com grandes reservas, à semelhança do que acontecia com os elementos da Comissão Delegada, postos a par dos acontecimentos. Unidos numa preocupação comum: preservar o que fora conquistado e garantir em Marrocos uma verdadeira plataforma de suporte à ação da FPLN. Em Rabat, os envolvidos tinham consciência disso.

Procurados por Helena Cabral e Victor Blanc, que tinham continuado na comissão plenária dos PLM, os demissionários mostraram recetividade para debater uma solução que tivesse por base uma direção colegial e reintegrasse todos o que se haviam afastado. Aceites estes princípios, avaliaram os apoios a um novo projeto: a Junta de Acção Patriótica dos Portugueses de Marrocos (JAPPM). Pretendia esta inserir-se na dinâmica do movimento antifascista português, para a qual todos os núcleos de emigrados deveriam contribuir na medida dos seus condicionalismos particulares, sujeitando-se a uma coordenação conjunta e garantindo a segurança dos seus membros e da sua atividade pela capacidade de resistirem às tentativas de infiltração policial, esclarecia-se na carta enviada para a Junta Revolucionária Portuguesa (JRP), o novo órgão diretivo da FPLN depois da Conferência de Praga⁽⁴¹⁾. Isto mesmo propuseram às organizações existentes – PLM e União Democrática Portuguesa – e a membros representativos das colónias lusas dispersas pelo território, assegurando que manteriam a sua autonomia mas estariam articuladas numa estrutura comum. Tudo quanto há já largos meses, ainda a Comissão Delegada da FPLN, tinha sugerido à diáspora oposicionista.

A JAPPM considerava-se assim integrada na FPLN, assumindo a direção e coordenação da ação oposicionista em Marrocos numa perspetiva unitária e, como tal, a responsabilidade de intermediar os contactos entre o núcleo e a JRP. Seria formada por um secretariado executivo a funcionar em Rabat, com representação das colónias portuguesas mais numerosas no território, cujas identidades deveriam ser do conhecimento exclusivo do organismo dirigente da FPLN. Na presidência da Junta ficava António Santos Dores, desde o mês anterior delegado de Humberto Delgado em Marrocos. Secundado por

(41) CD25A, LC.

Victor Blanc, Tibúrcio, Mendonça e Lopes Cardoso, em Rabat, Henrique Brito, em Meknès, José Maria Ferreira, em Casablanca, e Augusto Direitinho, em Tânger.

A Junta observava pois outro elemento fundamental: a inclusão de antigos exilados portugueses no novo movimento. José Ferreira, ou Silva da Madeira como era conhecido na oposição, era um desses casos. Mandatado pelo núcleo português exilado em França para prosseguir os preparativos da revolta que enfim derrubaria Salazar, Ferreira chegara a Marrocos em 1939. Acabara por se instalar em Casablanca, a partir de onde impulsionara várias tentativas de congregar os oposicionistas no território. Como a União Democrática Portuguesa, formada em 1944, organização que conseguira assinalável eficácia e implantação, esvaziada pelas contingências impostas pelas autoridades francesas⁽⁴²⁾. A passagem de Humberto Delgado pelo território em 1961 tê-lo-á impelido novamente à ação, contactara depois com Ayala e Piteira e, já em 1963, com Moura Pimenta, a quem terá entregue uma pistola tendo em vista a possibilidade de se iniciar a preparação militar de alguns membros da comunidade⁽⁴³⁾.

Mas a unidade mostrava-se difícil. Os PLM anuíram por maioria integrar a JAPPM, sem que se desse sequência à resolução. A responsabilidade caberia a Henrique Cerqueira, que continuava à frente da Associação. O seu discurso tinha acolhimento na comunidade: sondava elementos para treino militar e «cursos de explosivos» com intuito de entrarem em Portugal e fazerem ações de sabotagem, dizia ter meios materiais e humanos no país, desdobrava-se numa roda-viva de diligências em prol de movimento que estaria em preparação⁽⁴⁴⁾. Contrastava isto com a flagrante paralisia do secretariado da FPLN, sobre o qual era voz corrente que tinha «medo do povo, foge à luta armada, não enceta medidas urgentes de actos violentos que permitirão a revolução»⁽⁴⁵⁾. O general acabava de aterrar na capital argelina para assumir a presidência da JRP, aguardavam-se os desenvolvimentos consequentes.

(42) CD25A, LC; ANTT, PIDE, SC PC 466/60 NT 5324.

(43) ANTT, PIDE, SC CI(2) 1273 NT 7077.

(44) Entrevista da autora com Joaquim Caiano Santos...

(45) Arquivo da Fundação Mário Soares (AMS), Documentos Ramos da Costa (DRC), 4277.006.010-012.

E tudo Argel levou

A «crise alarmante» instalada em Argel passado pouco mais de um mês da chegada de Humberto Delgado deixou «aturdida» a colónia portuguesa no país vizinho, «oscilando entre a determinação do General e a linguagem aguerrida e diferente dos novos que o rodeiam e a solidez maior que sentem nos organismos que formam a Frente»⁽⁴⁶⁾. Descrentes das reais possibilidades da FPLN, alguns dos elementos «mais dispostos a acções concretas», preparavam a sua transferência para o Canadá e a Bélgica⁽⁴⁷⁾.

Reunida a III Conferência da FPLN em Argel e formalizado o divórcio com Delgado, os esclarecimentos sobre as circunstâncias em que decorrera e o que fora aprovado tardavam em chegar. Aumentando a desorientação e o descontentamento: «as pessoas aqui começam a sentir-se um pouco como peões que apenas são solicitadas para darem o seu voto nos momentos de crise. Começa a apoderar-se delas um desinteresse que é a porta aberta a todos os aldrabões que vêm prometer a revolução para “logo à tarde”»⁽⁴⁸⁾. Lopes Cardoso aludia obviamente a Cerqueira, que, votado a um progressivo isolamento, readquiria nestas condições novo fôlego para atrair prosélitos. A visita de delegação da JRP a Rabat acalmou exaltações, logo reacendidas com deslocação de Delgado ao território em dezembro de 1964.

Vinha o general com intenção de lançar a sua Frente Portuguesa de Libertação Nacional, que pretendia contraponto à Frente Patriótica. Sem conseguir encontrar-se com algum dos dirigentes da JAPPM em Rabat, o general aproximou-se de Cerqueira e acabou por o investir como seu representante, depois de ter perdido a confiança em Soares. Em Casablanca, procurou Ferreira, que sabia poder ser aí pivô da sua nova organização. Causava alarido, dando entrevista ao *Maroc Information* onde falava dos seus planos revolucionários, afirmava ter milhares de homens preparados para ela e ter garantias quanto à facilidade em obter armas.

Assim que voltou a constar estar a instalação de Humberto Delgado no Magreb para breve, o regime voltou ao estado de alerta e reanimaram-se os sistemas de informação. Francisco Direitinho, mandatário de Tânger na JAPPM, foi um dos visados. Há longo tempo rastreado como oposicionista,

(46) AMS, DRC, 4277.005.108-111.

(47) AMS, DRC, 4277.006.008-009.

(48) CD25A, LC.

o que lhe valera até a expulsão da zona internacional de Tânger por mais de uma década, era agora apontado pelos serviços de informação espanhóis como «pessoa central das actividades contra Portugal», encarregue de esquema de correio entre o país e os círculos de exilados e beneficiário de avultada pensão concedida por Delgado⁽⁴⁹⁾. Em setembro, novas comunicações preveniam quanto a possíveis distúrbios na Embaixada em Rabat, tendo agora Maximino Serra como provável instigador⁽⁵⁰⁾.

A ofensiva diplomática sobre as autoridades locais não se fez esperar. E, em reação às movimentações propagandísticas de Delgado, impunha-se um «controle mais apertado dos portugueses, de uma forma geral e principalmente no que respeita aos que vinham de Alger»⁽⁵¹⁾. Uma vez mais repercutindo-se sobre Marrocos as questões e os jogos de força da comunidade fronteiriça. O núcleo repartia-se em duas fações: os pró-Cerqueira e os pró-Dores. Por outras palavras, os alinhados com o general e os defensores da FPLN, com quem o médico enfileirava depois de participar na III Conferência.

Em janeiro, Delgado regressava ao território em busca de apoios: encontra Cerqueira, janta em Rabat na casa de Helena Cabral, novo jantar com José Maria Ferreira em Casablanca, contactos com os exilados espanhóis, envia mensagem a responsável argelino informando estar pronto a «enviar 12 homens para curso de sabotadores», voltava a falar à imprensa⁽⁵²⁾. Retornava depois a Argel, para novamente passar por Marrocos a caminho da derradeira viagem rumo a Badajoz e à morte.

A 23 de fevereiro de 1965, Henrique Cerqueira alertava para o desaparecimento do general e dizia julgá-lo preso às mãos da PIDE. O alarme entre as hostes oposicionistas locais instalava-se. O comportamento de Cerqueira em todo o caso era equívoco ou até mesmo escuso, desconfianças que as informações recolhidas junto da polícia marroquina ratificavam, indicando-o como «pessoa sem interesse para a oposição portuguesa»⁽⁵³⁾. Mas este continuava a desdobrar-se em contactos e comunicações à imprensa invocando a qualidade de seu delegado político (Cerqueira 1976).

(49) ANTT, SC CI(2) 2367 NT 7167.

(50) AHD, PEA, M 13.

(51) CD25A, JHS.

(52) CD25A.

(53) CD25A, LC.

O núcleo perdia definitivamente o líder reconhecido por todos, além de perder o seu móbil fundamental: a ação. Como patenteavam as palavras de Pedro Ramos de Almeida, um dos dirigentes de Argel em visita a Rabat: «disse que não haveria mesmo revolução em Portugal, que tirassem daí as ideias, que seriam necessários anos de trabalho persistente e árduo, etc, etc.»⁽⁵⁴⁾.

Sem esperanças num volte-face, descrentes das possibilidades de trabalho político em Marrocos ou fatigados da crispação mais ou menos latente, a desmobilização era geral. A JAPPM mergulhava no marasmo. Os PLM parecem dissipar-se. A sangria dos mais engajados que aqui tinham ocorrido atraídos pela posição geoestratégia do território, evidencia-o bem: Lopes Cardoso transferia-se para Paris nos finais de janeiro; David Tavares da Silva, tido como representante comunista em Rabat, seguia-lhe os passos em julho; Dores mudava-se para os Estados Unidos da América em agosto de 1966; Blanc deslocava-se para o Canadá em março de 1967. Aqueles que tinham em Marrocos a sua vida naturalmente permaneciam, mas distanciavam-se da atividade oposicionista.

Conclusões

Depois da independência de Marrocos, sobretudo entre 1959 e 1963, uma nova leva de exilados portugueses chegou a este país. A colónia assistiu também à chegada de novos elementos sem historial de militância oposicionista ou motivação política. Os primeiros atraídos pelas potencialidades que aí reconheciam ou, tão somente, por ser este o refúgio possível à repressão salazarista. Os segundos no encalço de novas oportunidades profissionais.

Esta renovação da comunidade portuguesa no território impulsionou um maior protagonismo do núcleo democrata, que o contexto vivido pela oposição e, em particular, pelo exílio e no próprio Magreb catapultaram. Foram anos de intensa atividade, em que se acreditou na real possibilidade de lançar uma ação ofensiva contra a ditadura a partir do norte de África e se ponderou eleger Marrocos como “comando operacional e político” da frente externa. O fracasso de Beja, o esfrangalhar do projeto unitário em cisões e intrigas, as fragilidades

(54) AMS, DRC, 4277.007.095-097.

do exílio e das oposições perante as provocações do regime e a sua armadura, trouxeram a ressaca e a desmobilização.

Não obstante, a experiência destes anos em solo marroquino deixava uma marca duradoira: a inscrição da questão colonial na agenda oposicionista. Assumindo uma posição anticolonialista clara e desse modo conquistando apoios para a causa.

Bibliografia

- Byrne, Jeffrey James (2016). *Mecca of Revolution. Algeria, Decolonization & The Third World Order*. New York: Oxford University Press.
- Cardoso, Fernanda Lopes (2003). *Lopes Cardoso. Intervenções Parlamentares. Testemunho sobre a coerência de um percurso*. Lisboa: Assembleia da República.
- Cerqueira, Henrique (1976). *Acuso!*. Lisboa: Intervenção.
- Clímaco, Cristina (1998). *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*. Paris: Universidade de Paris 7 (Denis Diderot).
- Dias, Maria do Livramento e Anica, Aurízia (2017). "Emigração clandestina durante o Estado Novo. O fluxo migratório ilegal do sotavento do Algarve para Marrocos", *Omnia*, 7, 95-109.
- Farinha, Luís (1995). "Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio", *Penélope*, 16, 87-105.
- Jesus, José Duarte de (2006). *Casablanca. O início do isolamento português. Memórias diplomáticas: Marrocos 1961-1963*. Lisboa: Gradiva.
- Lara, Lúcio (2006). *Um amplo movimento....* Luanda: Ed. Autor. Vol. II.
- Martins, Susana (2016). "Algérie et Maroc: deux lieux centraux de l'exil portugais entre 1961 et 1965", *Riveneuve Continents & Exil et migrations ibériques au XXe siècle*, 22 / Nova Série 8, 85-101.
- Martins, Susana (2018). *Exilados Portugueses em Argel*. Porto: Afrontamento.
- Pires, Paulo Jorge e Duarte, Maria João Raminhos (2003). *O Testamento Político de João Rosa Beatriz*. Lisboa/S. Brás de Alportel: Edições Colibri/Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.
- Raby, David (1995). "O DRIL (1959-61). Experiência única de oposição ao Estado Novo", *Penélope*, 16, 63-86.
- « - » (2004). "Transatlantic Intrigues: Humberto Delgado, Henrique Galvão and the Portuguese Exiles in Brazil and Morocco, 1961-62", *Portuguese Journal of Social Science*, volume 3, 3, 143-156.

- Rosa, Frederico Delgado (2008). *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sertório, Manuel (1990). *Humberto Delgado – 70 Cartas Inéditas*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Simon, Catherine (2011). *Algérie, les années pieds-rouge*. Paris: La Découverte.
- Stora, Benjamin (2004). *Histoire de l'Algérie depuis l'indépendance*. Paris: La Découverte.
- Vermeren, Pierre (2016). *Histoire du Maroc depuis l'indépendance*. Paris: La Découverte.

